# O JUDICIÁRIO

Jornal mensal da Associação dos Magistrados Catarinenses - Ano II, nº20 - Dezembro/2007


# Des. Francisco Oliveira é eleito presidente do TJ/SC

O desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho foi eleito presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), cargo que assumirá em 1º de fevereiro de 2008, quando terá início seu mandato à frente da Corte Estadual. O magistrado foi eleito no dia 3 de dezembro, em sessão administrativa do Pleno do TJ, quando recebeu 43 dos 50 votos válidos.

O novo corpo dirigente do Tribunal para o biênio 2008-2009 ficou assim definido: 1º vice-presidente, desembargador Alcides Aguiar; corregedor geral da Justiça, desembargador Anselmo Cerello; 2º vice-presidente, desembargador Volnei Ivo Carlin; 3º vice-presidente, desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins; e vice-corregedor geral da Justiça, desembargador Gaspar Rubik.

Pág. 6

Michelle Todescatto

*O novo presidente do TJ/SC (dir.) adiantou que pretende até a sua posse dar os contornos finais ao seu plano de gestão*

## Poder Judiciário promove Semana da Conciliação em Santa Catarina

Seis dias, 60 magistrados, 50 promotores, 150 servidores, 31 comarcas, sete mil audiências e 11 mil pessoas. Esses são os números da "Semana Nacional da Conciliação" em Santa Catarina, que este ano será realizado entre os dias três e oito deste mês. O objetivo vai ser a resolução de conflitos por meios simplificados e não combativos. A tendência do movimento é superar os índices de 2006, quando foram realizadas 1,8 mil audiências e foram fechados cerca de mil acordos.

Não só Santa Catarina, mas todos os estados brasileiros vão promover audiências conciliatórias durante o período. No ano passado foram agendadas 84 mil audiências em todo país. Para este ano, vão ser colocados 200 mil processos em pauta.

Págs. 8 e 9

Sissa Granada

*Em 2006, foram 84 mil audiências*

**POSSE**

### Jorge Mussi assumirá vaga de ministro do STJ

Pág. 6

**ENTREVISTA**

### Presidente da Acaert quer aproximar mídia e Judiciário

Pág. 4

**CIDADANIA**

### ABMP realiza ciclo de seminários pelo país

Pág. 7

**EVENTO**

### Comissários da infância promovem encontro na capital

Pág. 12

Leia a versão *on-line* de *O Judiciário* no site www.amc.org.br


O Amigo da Natureza

RoyalPack

GreenPack

BIODEGRADÁVEL

# Sucessão no TJ/SC

## Editorial

Beirando a quase unanimidade dos integrantes do Tribunal Pleno, o desembargador Francisco de Oliveira Filho foi eleito, no último dia três, para a presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), biênio 2008/2010, com a posse marcada para o dia primeiro de fevereiro de 2008. O novo mandatário do Judiciário catarinense está elaborando um Plano de Trabalho, sendo que já solicitou a colaboração de magistrados, membros do Ministério Público, Advocacia e servidores de funções essenciais, o qual será, posteriormente, submetido ao Tribunal Pleno, órgão soberano e superior da Justiça catarinense.

O projeto do desembargador Francisco de Oliveira Filho considera, inicialmente, alguns pressupostos objetivos, como: a) a continuidade administrativa a partir da análise dos resultados da gestão em andamento b) o já delineado Plano Plurianual c) as inovações introduzidas pela Lei Complementar nº 339/06, sobre a Divisão e Organização Judiciárias, bem como a nº 367/06, que trata do Estatuto da Magistratura Estadual.

A idéia central do Plano de Trabalho é a missão que a instituição terá na atualidade e no futuro, a partir de diagnósticos e melhores técnicas de planejamento, elaborando-se imagens para as antecipações, com base na análise da realidade e sua provável evolução, bem como a formulação de propostas e ações para atingir o porvir desejado, identificando-se os meios de execução.

O futuro presidente deseja construir um projeto institucional de administração, efetivamente participativo e democrático. Para isto, depende fundamentalmente do grau de comprometimento daqueles que, detentores de parcela do poder soberano da instituição, dele participem.

As equipes de trabalho (1. Judiciária; 2. Administrativa – Administração, Orçamento, Finanças, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos, Academia Judicial e Escola Judiciária), deverão ser compostas por desembargadores que se dispuserem a colaborar, sob a coordenação de um mais antigo, "visto que não há chefia, mas apenas colegas unidos em torno de idéias e ideais", afirma o futuro presidente.

Um documento provisório básico, que deverá ser submetido a amplos debates, será formulado e, posteriormente, um conclusivo que possa sinalizar a necessidade ou não de mudanças institucionais, judiciárias e administrativas para o próximo biênio, sendo, ao final, lançado um projeto institucional definitivo, que orientará a nova gestão do Judiciário catarinense.

## Nota de Repúdio

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), em nome de todos os juízes catarinenses, e o Núcleo de Estudos da Infância e Juventude da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc) vêm a público manifestar a sua indignação com relação à prisão de uma jovem de 15 anos, que ficou detida por quase um mês em uma cela com cerca de 20 homens, sob a acusação de furto.

O fato, configura-se num verdadeiro retrocesso e fere brutalmente o princípio da dignidade humana. Lamentavelmente, os danos – tanto de ordem psicológica quanto física – causados a esta jovem jamais poderão ser reparados.

A magistratura catarinense, assim como a de todo país, deseja que este triste episódio não venha a se repetir, bem como espera que as autoridades responsáveis por esse episódio hediondo sejam efetivamente punidas.

## Errata

Diferentemente do que foi publicado na edição passada de *O Judiciário*, a sexta edição dos Jogos da Magistratura Catarinense será realizada nos dias 13, 14, 15 e 16 de dezembro.

## Memória

*Acervo do museu do Judiciário/TJ/SC*

*Em 1972, o então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid (de óculos à dir.) em visita ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC). No primeiro plano, o governador Colombo Salles; o deputado Epitácio Bittencourt; o secretário de Justiça Geraldo Salles; e os desembargadores Eugênio Trompowski, Euclides Cintra e Marcílio Medeiros.*

**Expediente**

Jornal "O Judiciário"
Publicação mensal da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC)
Ano II, nº 20 - Dezembro/2007
Tiragem: 3 mil exemplares/ Impressão: Diário Catarinense
Jornalista responsável: Fabrício Severino/ SC01061-JP
Textos: Fabrício Severino, Bruno Zamora e Amanda Mariano
Colaboração: assessoria de imprensa do TJ/SC, AMB e ACMP
Projeto gráfico: Andrezza Melo e Paula Reverbel
Diagramação: Amanda Mariano
Coordenação Editorial: Carlos Alberto Silveira Lenzi

Diretoria Executiva:
Juiz José Agenor de Aragão/ Presidente
Des. Solon d'Eça Neves/ 1º Vice-Presidente
Juiz Paulo Marcos de Farias/ 2º Vice-Presidente
Juiz Luís Francisco Delpizzo Miranda/ Secretário-Geral
Juiz Marcelo Volpato de Souza/ 1º Secretário
Juiz Rudson Marcos/ 2º Secretário
Des. Solon d'Eça Neves/ Tesoureiro
Juiz Laudenir Fernando Petroncini/ 1º Tesoureiro

AMC
Associação dos Magistrados Catarinenses

Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) - Rua dos Bambus, 116/ Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP: 88034-570 - (48) 3231 3006 - Site: www.amc.org.br - Contato: imprensa@amc.org.br

# Estatuto do Idoso

A política pública de atenção ao idoso é marcada inicialmente pelo conceito de Seguridade Social, quando se deixa o assistencialismo puro para assegurar a cidadania integral; este novo entendimento foi introduzido pela Constituição de 1988, primeira a mostrar preocupação com a terceira idade. Os arts. 229 e 230 tratam da obrigação conferida aos filhos de amparo ao pai na velhice, enfermidade ou carência, do direito de participação do idoso na comunidade e da gratuidade dos maiores de 65 anos nos transportes coletivos urbanos.

Seis anos depois, 04/01/1994, a Lei 8.842 criou normas consignando os direitos sociais dos idosos, garantindo-lhes autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. Implementou nas faculdades de Medicina os cursos de Geriatria, especialidade médica que trata da saúde do idoso, e de Gerontologia, ciência que estuda o envelhecimento. Iniciou-se também com as campanhas de vacinação do idoso contra a gripe, mas já se reclama a criação de Varas Especiais para solucionar demandas dos idosos, Promotoria, Defensoria e Delegacia especiais.

A criação de Juizados Especiais nos aeroportos deixa os idosos e os carentes perplexos; considerou-se mais importante o atraso nas viagens do que a demora no atendimento nas filas dos hospitais, INSS, etc., para tratamento médico.

A Lei n. 10.173 de 9 de janeiro de 2001 acrescentou ao Código de Processo Civil artigos que conferem prioridade no andamento dos processos judiciais nos quais figurem como parte pessoas com mais de sessenta e cinco anos.

A Lei n. 10.741 de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, depois de sete anos no Congresso Nacional, amplia o leque de proteção aos cidadãos com mais de 60 anos, quando, busca reverter a situação concreta de descuido e maus tratos dispensados aos idosos ou quando aplica penas severas a quem desrespeitá-los. O art. 12 assegura ser a "obrigação alimentar solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores". Assim, desnecessário o chamamento de coobrigados em litisconsórcio, permitida à parte a opção por quem tem melhores condições econômicas.

O idoso não pode ser excluído da sociedade, sob a lógica inflexível do mercado capitalista, da tecnologia avançada; sua integração causa impacto no mercado do trabalho, no consumo, na saúde e na família. O Estado não pode continuar alheio ao sofrimento, à violência e à discriminação social do idoso, atribuindo-lhe a condição de peso social e responsável pelo custo insustentável da Previdência Social.

Os mais velhos são descartados, na medida em que a experiência de vida que possuem para oferecer aos mais novos é desvalorizada numa sociedade altamente capitalista, onde prevalece a força física, o poder e o dinheiro. Tudo isto acontece, mesmo com a Constituição rezando que todos são iguais perante a lei.

Alguns projetos tramitam no Congresso Nacional, visando a criar, para o idoso, benefícios, a exemplo da isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física nos rendimentos auferidos por maiores de 75 anos. O Projeto de Lei n. 7.510/06 acrescenta inciso ao art. 6º da Lei n. 7.713/88, alterado pela Lei n. 9.250/95 para estabelecer isenção de imposto de renda para aposentados com 70 anos de idade ou mais.

Enfim, a previsão de que no ano de 2020 contaremos com 40 milhões de pessoas na terceira idade, constituindo-se no sexto país com mais idosos do mundo, torna-se grande desafio para a sociedade, que não tem reclamado contra o desprezo, e para as autoridades públicas que encaram a velhice como produto vencido.

**** Antônio Pessoa Cardoso***
***Desembargador TJ/BA***

# Imagens de Cuba

Na reportagem biográfica de Carlos Drummond de Andrade, Geneton Moraes Neto, além de confirmar o valor do grande escritor para a formação cultural do Brasil no século vinte, aponta um fato pitoresco.

Esclarecendo que o poeta era também ecológico, relata uma situação em que ele defende que dentre todos os pássaros de cativeiro o papagaio é o que mais sofre. Segundo CDA este pássaro tem uma gaiola ou um viveiro, nada para ele. Diferente dos outros, vive meio solto, mas acorrentado. A crueldade maior é que depois de algum tempo já não adianta querer fugir.

Já não sabe qual é seu habitat natural. Torturado física e mentalmente, perdeu a noção da liberdade e não tem para onde ir.

Singular é que lembro desta situação quando penso em Cuba e nos cubanos. As imagens vão e vem, mas a associação com a meia liberdade persiste, e é triste.

De uma tristeza que consegue lançar sombras sobre tudo de lindo e alegre que a ilha do comandante Che pode oferecer. Sobre todas as virtudes e qualidades que só uma sociedade ética e honesta pode ter.

Violência urbana não existe. É simples. A igualdade social é a regra.

Todos gozam de saúde pública de primeira grandeza. A educação encontra e atinge os quatro cantos da ilha. O analfabetismo não faz mais parte da vida cubana há tempos. A história completa dos nativos indígenas, passando pelos colonizadores europeus e milhares de escravos negros trazidos da África, tudo está lapidado nos vários museus e centros culturais e, por conseqüência, na ponta dos lábios das belas faces cubanas. O respeito ao trabalhador é de uma solidez a toda prova, do mais graduado médico ao mais simples pescador. Do literato ao "torcedor" (enrolador de charutos), cujos puríssimos habanos que produz alcançam as papilas mais distantes dos quatro continentes. Respeito edificante e edificado este, selado na testa de todos. O resultado é que o exemplo de boa parte da dignidade humana tem endereço certo, o povo cubano.

Mas por que então esta angústia, esta compaixão pela ilha, que se traduz em tristeza? Por que não lembrar apenas das suas praias, de encher os olhos do mais crítico praieiro do brasil; da música, da salsa, do daiquirí de Hemingway (cubano de coração), dos mojitos. Por que este contraditório desalento?

Com certeza, não pelos casarões e prédios seculares semi-destruídos transformados em cortiços; tampouco pelo racionamento de comida, em cotas pessoais limitadas de abastecimento; ou pela falta de modernidade e tecnologia de consumo. Talvez a angústia seja ver a plenitude do brilho nos olhos e sorrisos das crianças e jovens, com sua forte vontade de viver, mas que pela negação de sua liberdade, como folhas no outono, cai aos poucos e por fim desaparece de suas faces. E quando no fim de seu caminho por esta vida já não procuram mais a liberdade, já não sabem mais para onde ir.

**** João Marcos Buch***
***Juiz de Direito em Joinville (SC)***

Entrevista

# Acaert quer estreitar relação mídia-Judiciário

**Para a presidente da entidade, os dois lados devem contribuir para a melhoria do relacionamento. O foco seria um melhor serviço ao cidadão**

Marise Westphal Hartke iniciou sua carreira na radiodifusão no ano de 1987, quando assumiu a direção da Rádio Cidade AM de Brusque, que pertencia ao seu marido e mais dois sócios. Em 1990, montou a Rádio Diplomata FM, também em Brusque, e desde então não deixou de atuar nesta área. Marise começou a trabalhar na Associação Catarinense de Rádio em 1994 e chegou a presidência da entidade em janeiro deste ano.Para "O Judiciário", ela fala sobre os objetivos da Acaert com relação às emissoras de rádio e televisão associadas à instituição e comenta ainda as carências dos dois veículos de comunicação, além da relação que a imprensa deve ter com o Poder Judiciário para obter bons resultados.

***O Judiciário* – Qual o papel da Acaert e quais as suas metas a frente desta entidade?**

*Marise Hartke* - O principal papel da entidade é fortalecer e valorizar suas emissoras associadas de Rádio e Televisão. Neste sentido, atua em várias frentes. Destaco, por exemplo, a profissionalização do radiodifusor e do radialista, combate à ilegalidade no segmento, atuação institucional e prestação de serviços, com a assistência técnica aos associados, Central Acaert de Rádios e a Rede de Notícias Acaert. A entidade foi a primeira do segmento do país a implantar um programa de capacitação empresarial.

***OJ* – Como está a situação dos veículos de comunicação no interior do estado?**

*MH* - Quando assumi a presidência da Acaert no início do ano (é a primeira mulher a dirigir a entidade) estabeleci, como prioridade absoluta, a interiorização das ações da Associação. Em Santa Catarina, a maioria das emissoras é formada por pequenas empresas. Daí a importância da aproximação da entidade com seu associado. E com a seqüência de administrações preocupadas com este aspecto, o nível de profissionalização do nosso associado cresceu muito. Isso significa uma emissora cada vez mais comprometida com a sociedade, prezando sempre a qualidade dos serviços.

***OJ* - O rádio, bem ao contrário do que se imaginava quando surgiu a televisão, mostra-se cada vez mais forte enquanto veículo de comunicação. Quais as carências que a senhora observa neste meio e no que ele avançou aqui no Estado nos últimos anos?**

*MH* - O rádio é, sem dúvida, o meio de comunicação que consegue uma maior mobilização comunitária. Exemplos disso foram o apagão na capital, o furacão Catarina no Sul, as enchentes. Em todas essas ocasiões, o Rádio foi fundamental para a mobilização das comunidades. O grande desafio que se impõe agora é a chegada da Era da Digitalização do Rádio, que vai beneficiar principalmente as emissoras AM, que terão uma melhor qualidade de áudio. A idéia de que um meio vai acabar com outro é equivocada. Hoje, por exemplo, fala-se que a internet vai acabar com o jornal impresso. Será mesmo? Prefiro apostar em convergências tecnológicas, ou seja, um meio se interagindo com outro. Isso, de certa forma, já vem acontecendo, inclusive em Santa Catarina.

***OJ* – E com relação à televisão, em que sentido precisam evoluir as nossas emissoras?**

*MH* - Devemos preservar e valorizar as produções locais, que exercem uma função vital para o relacionamento das emissoras com a sociedade, preservando a identidade cultural regional. Com a Era Digital, as emissoras de TV também terão a possibilidade de ampliar o leque de serviços. Tudo é questão de tempo. Neste aspecto, até os comerciais terão um formato diferente, já que terão que se moldar ao formato da nova televisão. Felizmente, Santa Catarina está bem servida com nossas emissoras de televisão.

*Divulgação Acaert*

*Marise Hartke, atual presidente da ACAERT, trabalha há 14 anos na instituição*

***OJ* - Como funciona a Rede de Notícias Acaert e qual a sua abrangência?**

*MH* - A RNA veio para qualificar ainda mais a programação jornalística das nossas emissoras de rádio. Com esse serviço, as emissoras passaram a contar com as principais notícias do dia, com informação de Brasília, Florianópolis e de todo o estado. O mais importante é que a Rede conta também com a participação das próprias emissoras. Ou seja, é um caminho de mão dupla. Com isso, estamos construindo, diariamente, o mais importante portal de notícias em áudio de Santa Catarina.

***OJ* - A AMC, com o apoio da Acaert e de outras entidades, pretende promover um seminário que vai abordar justamente a relação entre jornalistas e juízes. Qual a grande contribuição que esse evento pode dar não só para melhorar a relação entre os profissionais dessas áreas, mas também para toda a sociedade catarinense?**

*MH* - O evento servirá para estimular o debate. É evidente que as soluções não se esgotarão num único seminário. É o início de um longo trabalho que poderá render excelentes resultados e servir, inclusive, de exemplo para o país. Para isso, é necessário que as entidades assumam compromissos e que a aproximação seja de fato um exercício diário entre os profissionais de imprensa e os magistrados.

***OJ* - Qual a sua opinião sobre a relação entre a imprensa e o Poder Judiciário?**

*MH* - A relação deve ser sempre pautada pela ética, transparência e respeito. Com a iniciativa da AMC, em parceria com a Acaert, Poder Judiciário e outras entidades, de promover um evento para discutir o assunto, espero que seja o início de um estreitamento de relacionamento entre a imprensa e o Judiciário. Afinal, quem tem a ganhar é a sociedade, pois terá informações mais precisas e corretas da atuação dos magistrados. É preciso que se quebrem paradigmas que impedem a aproximação do jornalista com representantes do Poder Judiciário. Temos vários exemplos que de é perfeitamente possível "quebrar o gelo". Muitas vezes o jornalista, que é um profissional generalista, é induzido ao erro por causa da falta da informação correta. Os dois lados podem ajudar a melhorar o relacionamento, que deve ter, como prioridade, um melhor serviço ao cidadão.

# Ex-deputado Blasi é empossado desembargador

**Posse ocorreu após entraves legais. Liminar questionava tempo de atividade jurídica, pré-requisito para magistrados ingressos pelo quinto**

**Depois de alguns percalços na esfera judicial, o ex-deputado estadual João Henrique Blasi assumiu a 50ª vaga de desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) e segue cumprindo normalmente as suas funções na mais alta Corte de Justiça do Estado.**

A investida de João Henrique Blasi foi questionada pelo engenheiro eletricista e ex-diretor da Celesc César Augusto Bleyer Bresola. No mesmo dia em que foi escolhido para integrar a lista tríplice pelo TJ (dia 19 de novembro), o ex-parlamentar foi nomeado pelo governador do Estado Luiz Henrique da Silveira. Simultaneamente, o juiz federal Carlos Alberto da Costa Dias, da 2ª Vara Federal da Capital, concedeu liminar suspendendo a posse, na qual solicitou que Blasi comprovasse o exercício profissional da advocacia nos dez anos anteriores à data do seu requerimento. Porém, como não havia sido citado, Blasi foi empossado na manhã do dia 20 de novembro. A decisão do magistrado federal, contudo, acabou sendo cassada posteriormente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sediado em Porto Alegre (RS).

Oriundo do chamado quinto constitucional, o desembargador João Henrique Blasi está lotado na 4ª Câmara de Direito Comercial do TJ/SC, ao lado dos desembargadores Lédio Rosa de Andrade e José Carlos Carstens Kohler.

Michelle Todescatto/TJ/SC

*Desembargador João H. Blasi*

## Tribunal de Justiça escolhe os novos juízes substitutos de segundo grau

**O Pleno do Tribunal de Justiça escolheu, em sessão administrativa do dia 5 de novembro, pelo critério de merecimento, sete magistrados do 1º grau de jurisdição para ocuparem o cargo de juiz de Direito de 2º grau. As vagas surgiram com a promoção dos antigos titulares ao cargo de desembargador em outubro deste ano.**

**Com a mudança no quadro de magistrados, o número de juízes de primeira instância no Estado foi reduzido de 348 para 340. Atualmente, na Assembléia Legislativa estadual, está em tramitação um projeto de lei para a ampliação do número de cargos à magistratura da Justiça de 1º grau.**

**Ricardo José Roesler**, 51 anos, natural de São Bento do Sul, ingressou na magistratura catarinense em 1987. Atuou em Barra Velha, Sombrio, Jaraguá do Sul e Joinville.

**Robson Luz Varella**, 43 anos, natural de Florianópolis, ingressou na magistratura catarinense em 1989. Atuou nas Comarcas de São Bento do Sul, Blumenau, Anchieta, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Blumenau e Capital.

**Paulo Roberto Sartorato**, 56 anos, natural de Florianópolis, ingressou na magistratura em 1985. Atuou nas Comarcas de Porto União, Criciúma, Tangará, Itaiópolis, Laguna, Joinville e Capital.

**Rodrigo Antônio da Cunha**, 54 anos, natural de Florianópolis, ingressou na magistratura catarinense em 1981. Atuou nas Comarcas de Abelardo Luz, Xanxerê, Santo Amaro da Imperatriz, Palmitos, Mafra, Joinville e Capital.

**Paulo Herinque Moritz Martins da Silva**, 45 anos, natural de Florianópolis, ingressou na magistratura catarinense em 1990. Atuou em Tubarão, Seara, Orleans, Araranguá, Criciúma e Capital.

**José Inácio Schaefer**, 54 anos, natural de São José do Cedro, ingressou na magistratura catarinense em 1988. Atuou em Itapiranga, Mondaí, Canoinhas, Papanduva, São Francisco do Sul, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira, Campos Novos, Lages, Blumenau e Capital.

**Domingos Paludo**, 48 anos, natural de São Lourenço do Oeste, ingressou na magistratura catarinense em 1990. Atuou em Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Taió, Concórdia, Chapecó, Criciúma e Capital.

## Não tropece na língua

*Maria Tereza de Queiroz Piacentini*

### Face a, Frente a e outras locuções

Por sugestão de M. P. Kern, de Pinhalzinho/SC, vamos tratar hoje do "uso de *face a* e inobstante, expressões muito usadas no meio jurídico". O pedido sem dúvida decorre do fato de algumas pessoas condenarem a locução *face a*, que a seu ver deveria ser *em face de*.

O fato é que *face a* existe: é uma forma evoluída, reduzida e moderna da locução originária *em face de*, que a princípio comutava com *à face de*. Ambas eram usadas com o sentido de diante, perante, defronte, na presença de. Mais tarde surgiu a variante com a preposição A no final: *em face a* (por possível analogia com "junto a, próximo a"). Inovação mais recente é a redução para (em) *face a*.

O mesmo se dá com "em frente a" e "em frente de" comutando com "frente a", locução cuja legitimidade não é questionada. São comuns frases como:

- A advogada se rendeu *frente aos* argumentos da promotoria.
- A cerimônia será na casa *em frente à* minha.
- Houve um acidente *em frente de* casa.

Lembro, contudo, é preciso ter conhecimento da crase para poder usar as variantes que terminam com a preposição A:

- face a o exposto => *face ao* exposto
- face a a explicação => *face à* explicação
- em face a o exposto => *em face ao* exposto
- em face a as normas => *em face às* normas
- frente a a situação => *frente à* situação

Quem prefere não se arriscar com a crase deve se ater a locuções semelhantes que não terminem com A, como por exemplo:

- *Em face das* normas adotadas...
- *À vista do* exposto...
- *Ante os* fatos apontados...
- *Diante das* evidências...
- *Em vista da* situação encontrada...

Aí estão várias opções. O que não se deve é eliminar uma delas por preconceito ou purismo. O maior gramático que o Brasil já teve, Ernesto Carneiro Ribeiro, termina as suas "Ligeiras Observações sobre as Emendas do Dr. Rui Barbosa feitas à redação do Projeto do Código Civil" com estas palavras: "Temos, logo, razão de dizer: o purismo exagerado, intransigente, é impossível, perante o estudo histórico das línguas".

# Des. Francisco é eleito presidente do TJ/SC

## Magistrado garantiu que as prioridades da sua gestão serão discutidas com juízes, servidores e instituições afins, como o MP e a OAB

**O desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho será o novo presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), cargo que assumirá em 1º de fevereiro de 2008, quando terá início seu mandato de dois anos à frente da Corte Estadual. Ele foi eleito na tarde do dia 3 de dezembro, em sessão administrativa do Pleno do TJ, quando recebeu 43 dos 50 votos válidos.**

O novo corpo dirigente do TJ para o biênio 2008-2009, igualmente escolhido por meio de processo eletivo, ficou assim definido: 1º vice-presidente, desembargador Alcides Aguiar; corregedor geral da Justiça, desembargador Anselmo Cerello; 2º vice-presidente, desembargador Volnei Ivo Carlin; 3º vice-presidente, desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins; e vice-corregedor geral da Justiça, desembargador Gaspar Rubik.

Logo após ter seu nome confirmado como presidente eleito do TJ, o desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho fez um breve discurso, oportunidade em que agradeceu pelo apoio recebido de seus pares no decorrer de todo o processo sucessório. O magistrado adiantou que pretende aproveitar o tempo que lhe distancia da posse para dar contornos finais ao seu plano de gestão, porém garantiu que dará continuidade aos principais projetos da atual administração.

Ele pretende também incentivar ainda mais a transparência absoluta na gestão do Judiciário que, como poder público, deve prestar contas de seus atos à sociedade. Conclamou os colegas de Pleno a juntarem-se no esforço de bem administrar a Justiça em Santa Catarina, ciente do bom prestígio que a instituição detém em todo o país. Garantiu que as prioridades de sua gestão serão sempre discutidas com juízes, servidores e instituições afins como o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "A partir de projetos concretos, lutaremos por resultados práticos no menor espaço de tempo possível", disse.

Michelle Todescatto

*Desembargador agradeceu o apoio recebido durante o processo sucessório*

# Senado aprova indicação de Mussi

**Está confirmada para o dia 12 de dezembro, em Brasília, a posse do desembargador catarinense Jorge Mussi no cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A confirmação veio somente depois da aprovação, por 50 votos a favor e oito contra, pelo plenário do Senado Federal.**

Antes, a casa já havia sabatinado o magistrado catarinense, ocasião em que foram abordados temas como a redefinição de critérios para as penas alternativas, lentidão do Poder Judiciário e políticas relacionadas ao modelo carcerário. Em 35 minutos de fala, Mussi apresentou exemplos colocados em prática por ele próprio, durante a sua gestão na presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), entre eles, os mutirões de conciliação.

O ministro Jorge Mussi fará companhia, em Brasília, a outro conterrâneo: o ministro do STJ Paulo Benjamim Fragoso Gallotti. Com a ida de Mussi para a capital federal, Santa Catarina volta a ter dois representantes no STJ, posto já ocupado pelo ex-ministro Hélio Mosimann. Mussi vai a Brasília no próximo dia 11 e fica até o dia 20 de dezembro, quando o STJ entra em recesso. A primeira sessão no cargo será no dia 18 de dezembro.

Sissa Granada

*Mussi presidiu o TJ/SC em 2004/05*

# Tomazini assume diretoria da Ejesc

**O juiz Volnei Celso Tomazini tomou posse, no dia 26 de novembro, como novo diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina (Ejesc). A solenidade aconteceu após a Sessão Ordinária, na Sala de Reuniões do Pleno, com a presença do presidente, desembargador José Trindade dos Santos, e do diretor-geral, Samir Claudino Beber.**

Para traçar um plano de ação para a atuação da Ejesc e o perfil a ser implementado a partir do próximo ano, o magistrado pretende ouvir os juízes da corte, servidores e, principalmente, saber qual é a linha de atuação de outras escolas congêneres e o que elas estão planejando em termos de futuro.

Ele destaca também a importância de se promover palestras, sobretudo envolvendo temas de natureza eleitoral, e acrescenta que está aberto a ouvir sugestões. Por fim, diz que ao assumir o cargo está aceitando mais um desafio na vida. "A expectativa é boa, pois apesar da realização das eleições para prefeitos e vereadores, no próximo ano, será possível a elaboração de um projeto de trabalho que concilie a execução de ambas as atividades, sem comprometer a eficácia dos serviços. É mais um desafio que assumo nestes quase dezoito anos de magistratura. Sou muito otimista com relação à execução de um trabalho dinâmico e voltado para os propósitos pelos quais a Ejesc foi criada", afirma o novo diretor.

Vivian Nunes Mocellin

*Juiz está na magistratura há 18 anos*

# Posse de novos desembargadores movimenta carreira da magistratura

**O Pleno do Tribunal de Justiça confirmou, no dia 19 de novembro, a indicação dos seguintes magistrados para atuarem na direção de Foro das respectivas comarcas: Flávio André Paz de Brum (Lages), Fúlvio Borges Filho (Mafra), Roberto Lepper (Timbó) e Carlos Roberto da Silva (Itajaí). A Corte escolheu também o advogado Iran José de Chaves, atuante em Florianópolis, para substituir o nome de Valdemar Pereira da Luz na composição da lista tríplice ao preenchimento do cargo de juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na categoria jurista.**

Já no dia 5 de novembro, em sessão administrativa, o Pleno deferiu o pedido de opção para o cargo de juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da Grande Florianópolis do magistrado Júlio César Machado Ferreira de Melo; a indicação da juíza Maira Salete Meneghetti para a direção do foro da Comarca de Xanxerê; e a remoção da juíza Tânia Regina Vieira Luiz para a 1ª Vara da Comarca de Itapema. Além disso, a Corte votou as sete remoções para os cargos de juiz de direito de 2º Grau, que passaram a ser ocupados pelos juízes Rodrigo Antônio da Cunha (12º cargo), José Inácio Schaefer (13º cargo), Ricardo José Roesler (14º cargo), Domingos Paludo (15º cargo), Paulo Roberto Sartorato (16º cargo), Robson Luz Varella (17º cargo) e Paulo Henrique Moritz Martins da Silva (18º cargo). A vacância dos cargos se deve à promoção dos magistrados Jaime Ramos, Newton Janke, Lédio Rosa de Andrade, Jorge Henrique Schaefer Martins, Marli Mosimann Vargas, Sérgio Izidoro Heil e José Carlos Cartens Köhler, empossados desembargadores do Tribunal de Justiça em solenidade realizada no dia 31 de outubro.

O Pleno do TJ, reunido em sessão administrativa no dia 15 de outubro, aprovou as seguintes promoções: por critério de antigüidade, a juíza Paula Botke e Silva para o cargo de juiz de Direito da Comarca de Rio Negrinho; e, por merecimento, o juiz Ederson Tortelli, para o cargo de juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Fraiburgo, e a juíza Viviane Isabel Daniel Speck de Souza, para o cargo de juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Caçador. Entre os pedidos apreciados, a Corte aprovou por unanimidade a proposta da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) de nomear o Salão do Tribunal do Júri da Comarca de São Domingos "Daniela Ertel", em homenagem à magistrada falecida em julho deste ano.

# Ciclo nacional da ABMP chega ao estado de SC

**Ao todo, projeto vai realizar 14 seminários, distribuídos pelas principais cidades brasileiras. O foco é priorizar o trabalho em rede**

**A Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude (ABMP) mergulhou de cabeça num projeto que, se houver participação conjunta, poderá otimizar o trabalho dos operadores do Direito, agentes sociais e demais segmentos que são responsáveis pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Trata-se de um ciclo de seminários, os quais servirão de palco para discussões sobre o assunto. Ao todo serão realizados 14 encontros nas principais cidades do país – o primeiro encontro foi em Fortaleza e, o segundo, em Florianópolis, nos dias 9, 10 e 11 de novembro.**

Na capital catarinense, o evento da ABMP foi realizado no Hotel Castelmar, com o tema "Justiça Juvenil: sob o marco da proteção integral". A solenidade de abertura, no dia 8 de novembro, contou com a participação do coordenador pedagógico da Academia Judicial, desembargador Edson Nelson Ubaldo. "É muito importante discutirmos nossas atividades e iniciativas neste campo tão sensível, principalmente, devido ao acesso facilitado que os jovens possuem às drogas", observou o magistrado.

O objetivo dos eventos é capacitar os profissionais para a compreensão dos adolescentes em conflito com a lei, numa visão sistêmica de atuação. O trabalho em rede envolveria, dessa forma, magistrados, promotores, assistentes sociais, comissários da infância e da juventude, conselheiros tutelares, educadores, advogados, psicólogos e policiais que, através de uma agenda de ações e da difusão do conhecimento interdisciplinar, poderiam melhorar a assistência aos jovens. "Mais do que isso, o objetivo é criar e cobrar políticas públicas dos órgãos competentes para a área da infância e juventude. Temos que focar não só na responsabilização do menor infrator, mas também na garantia dos direitos humanos das nossas crianças e adolescentes", destacou o juiz paulista Eduardo Rezende Melo, vice-presidente da ABMP.

O caminho, segundo Rezende Melo, passa, também, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público, na medida em que os magistrados e promotores de Justiça, através de suas decisões e denúncias, podem cobrar do Estado atendimento digno para crianças e adolescentes em situação de risco, bem como para as suas famílias. Segundo o magistrado, apesar das desigualdades sociais, geradas pela concentração exagerada de renda, "é possível fazer muita coisa" pelo público infanto-juvenil. Entre as ações, ele cita a necessidade de um investimento maior em cultura, esporte e lazer, como forma de se oferecer oportunidade aos jovens, afastando-os, assim, do caminho da violência e da criminalidade.

**ECA**

Diferentemente do que se propaga, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que no ano que vem completará 18 anos, é mais eficiente, ou seja, com aplicação mais efetiva do que o próprio Sistema Penal. Esta é a opinião do desembargador baiano aposentado Wandelino Nogueira Neto, que ajudou a criar o estatuto.

Para ele, o problema não é de falta de rigor da lei, mas de divulgação. "Muitos falam do ECA, mas sequer o conhecem. Ele prevê, sim, em seu texto a responsabilização dos menores infratores, o que não ocorre em outros países. O problema é que o brasileiros se contentam com pão e circo e nessa área, quanto mais repressão, maior o espetáculo", sublinha o magistrado.

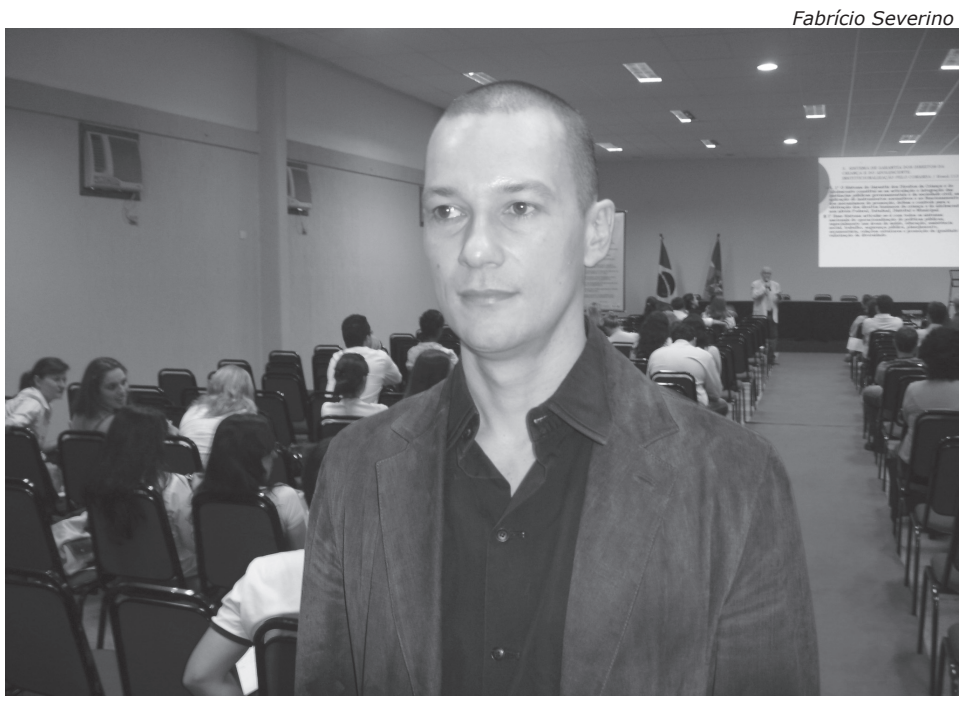
Fabrício Severino

*Para Wandelino Neto, magistrado do TJ baiano, ECA é mais eficiente do que o sistema penal*

## ABMP

Em 2006, o Congresso Nacional da instituição foi realizado em Belo Horizonte. Atualmente, a ABMP conta com 5,5 mil associados – conjunto de membros que consegue atingir 2,7 mil comarcas brasileiras e chegar a praticamente todos os municípios do país. A entidade é sucessora da antiga Associação de Juízes de Menores do Brasil, fundada em 1968. A atual nomenclatura e estruturação foi adquirida em 1994.

Fabrício Severino



*Eduardo Melo, juiz paulista vice-presidente da ABMP, participou do seminário*

# Florianópolis é escolhida sede do XXII Congresso da ABMP

**A capital catarinense foi escolhida pela Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (AMBP) a cidade-sede do XXII Congresso Nacional da instituição, que será realizado no Centrosul entre os dias nove e 11 de abril do próximo ano. Organizado bianualmente, a edição de 2008 do evento terá como tema central os "Direitos Humanos da Criança e do Adolescente: 18 anos do ECA e da Convenção e 20 anos da Constituição Federal".**

As discussões serão divididas em seis grandes áreas, como, por exemplo, a garantia dos direitos das crianças na primeira infância e o desenvolvimento social. Três salas de debates e apresentações serão montadas para dar conta da extensa programação de atividades nos três dias de evento. Palestras, mostras de cases institucionais e exibições artísticas estão entre os ítens agendados.

A AMBP estima que duas mil pessoas participarão do congresso. Juízes, procuradores, promotores, advogados, defensores públicos, conselheiros de direitos, conselheiros tutelares e profissionais das diversas áreas do sistema de garantia dos direitos da infância e juventude são o público-alvo do evento.

# "Semana da Conciliação" terá sete mil audiências em Santa Catarina

**Ao todo, 11 mil partes estarão envolvidas nos processos conciliatórios. Joinville e Criciúma têm o maior número de casos agendados**

**Seis dias, 60 magistrados, 50 promotores, 150 servidores, 31 comarcas, sete mil audiências e 11 mil pessoas. A "Semana Nacional da Conciliação" vai ser marcada pela grandiosidade em Santa Catarina neste ano. Entre os dias três e oito deste mês, o lema do Judiciário catarinense vai ser a resolução de conflitos por meios simplificados e não combativos. A tendência do movimento é superar os índices de 2006, quando foram realizadas 1,8 mil audiências e foram fechados cerca de mil acordos – 53% de sucesso.**

A "Semana" é organizada pelo Conselho Nacional de Justiça e coordenada nacionalmente pela conselheira e juíza Andréa Pachá e pelo desembargador catarinense Marco Aurélio Gastaldi Buzzi – que também vai chefiar os trabalhos em Santa Catarina. O magistrado, membro do Comitê Gestor do Movimento Nacional pela Conciliação, foi o idealizador da "Semana". "A campanha quer mobilizar não somente os membros do Poder Judiciário e os operadores do Direito, mas , principalmente, a população no sentido de mudar a cultura do país em direção à pacificação social", analisa Buzzi.

A expectativa é de que não só Santa Catarina, mas todos os estados brasileiros promovam audiências conciliatórias durante o período. Em 2006, o movimento foi concentrado em um único dia – o 8 de dezembro, "Dia da Justiça" e "Dia Nacional da Conciliação". No ano passado foram agendadas 84 mil audiências, com um índice de sucesso de 55% em relação às audiências efetivamente realizadas. Para este ano, vão ser colocados 200 mil processos em pauta.

No estado, neste ano, Joinville lidera as estatísticas. A comarca da região do norte catarinense tem 1,1 mil processos agendados. Criciúma vem logo atrás, com cerca de mil processos. Pequenas cidades do interior também se destacam, como Nova Veneza, município da região sul do estado de 12 mil habitantes pertencente a comarca de Criciúma. Com cerca de 250 audiências agendadas, a cidade de colonização italiana tem um dos maiores índices per capita de conciliações pautadas.

Sissa Granada

*Em 2006, Itajaí foi a comarca de SC com o maior número de processos, seguida por Criciúma*

A abertura da "Semana" em Santa Catarina ocorreu às 9h30 do dia 3, no Fórum da Comarca de Joinville. O desembargador Buzzi e o conselheiro do CNJ Jorge Maurique, representando a presidente do órgão – ministra Ellen Gracie –, coordenaram a cerimônia. Magistrados, autoridades locais e servidores participaram da solenidade.

Já o encerramento da "Semana" está agendando para o dia oito, último dia da movimentação, em Criciúma. Às 17h, no Centro de Eventos Maximiliano Gaidzinski, autoridades e policiais conciliadores do Juizado de Trânsito do município serão homenageados. Durante o dia, concomitantemente às audiências conciliatórias, diversos serviços estarão à disposição da comunidade.

## *Economia de tempo e de dinheiro são ressaltadas por coordenador*

**Idealizador da Semana da Conciliação, o desembargador catarinense Marco Aurélio Gastaldi Buzzi terá uma semana intensa, já que coordenará os trabalhos do evento tanto em nível nacional quanto estadual. Ao todo, serão sete mil audiências, envolvendo 11 mil pessoas, 60 magistrados, 50 promotores de Justiça e 150 servidores do Poder Judiciário.**
**Nesta entrevista, concedida ao programa *Justiça Legal,* o desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi fala da importância do projeto para os catarinenses e de como a cultura da conciliação pode ajudar na pacificação dos conflitos sociais.**

***Justiça Legal* - Como a "Semana da Conciliação" deve melhorar a vida dos catarinenses?**

Marco Aurélio Buzzi - Não só de catarinenses, mas de jurisdicionados de todo o Brasil, melhora muito porque abrevia o tempo, a espera pela solução de um processo. Então, isto já é um dos grandes pontos. [Isso] para não falar na economia, não só de tempo, mas de dinheiro também, para o Estado e para as partes envolvidas nos processos.

***JL* - Qual é a principal diferença de uma audiência de conciliação?**

MB - Em uma audiência de conciliação as partes são convidadas a buscar resolver o processo sem esperar uma decisão da Justiça – uma sentença ou um acórdão do Tribunal [de Justiça]. Elas buscam a melhor solução possível para tentar compor o conflito de uma forma participativa. E o que é muito importante é que a conciliação, na verdade, pacifica o conflito social, o problema, a intriga, a briga e a desavença. E a sentença resolve, muitas vezes, só o processo, mas não as questões todas que estão no entorno do litígio. O acordo, via de regra, resolve tudo - todo o conflito sociológico que está por trás da questão.

***JL* - As pessoas que por algum motivo ainda não foram chamadas, ainda podem participar da "Semana da Conciliação"? Se alguém tem um processo pendente e quiser participar, ainda é possível?**

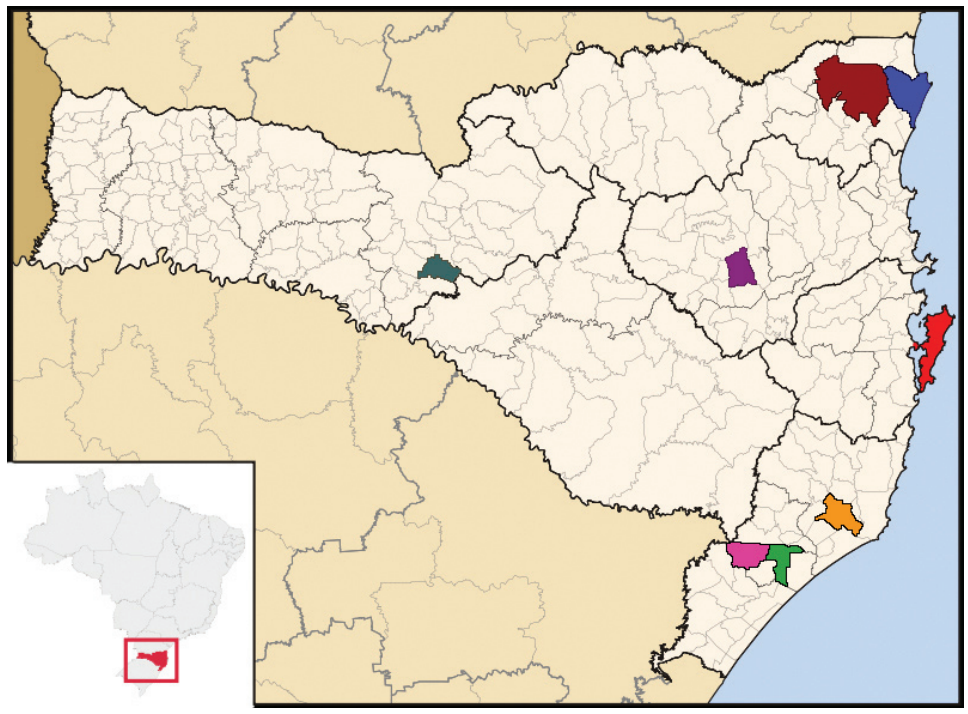
MB - Sem dúvida. As pessoas que ainda não foram chamadas ou que não compareceram elas podem sim comparecer aos postos de atendimento e conciliação, aos setores de conciliação e aos fóruns do Brasil inteiro e buscar os juízes, servidores, secretários e escrivães para marcar as audiências de conciliação. O movimento nacional pela conciliação é algo irreversível e será um empreendimento constante, sempre presente.

Daniella Machado Olegário

*Des. Buzzi coordena nacionalmente a Semana*

# Comarcas adeptas estão com a agenda pronta

**Grande parte das comarcas catarinenses que vão participar da "Semana da Conciliação" neste ano já estão com a programação e preparativos finalizados. "O Judiciário" lista abaixo os destaques de algumas comarcas do estado.**



### Criciúma

Para a Semana Nacional da Conciliação, a comarca já colocou 1.025 processos em pauta. A Vara da Fazenda Pública agendou mil processos e a Vara da Infância e Juventude disponibilizou os outros 25. As atividades de conciliação vão ocorrer no Centro de Eventos Maximiliano Gaidzinski. "O objetivo desse evento é aproximar a Justiça dos cidadãos", sintetiza a juíza coordenadora da campanha de conciliação em Criciúma, Janice Goulart Garcia Ubialli.

No dia 8, uma parceria com o "Projeto Sou do bem" vai disponibilizar vários serviços gratuitamente aos jurisdicionados e à comunidade, como a emissão de carteiras de identidade e de trabalho, CPF e certidões de casamento e de óbito. A programação conta ainda com uma cerimônia coletiva de casamento de 90 casais, que será feita com o apoio dos Cartórios de Registro Civil da comarca e das emissoras de rádio locais.

### Tubarão

O Juizado Criminal de Tubarão vai promover um mutirão no dia cinco. O objetivo será dar celeridade aos processos que tramitam na unidade, com a inclusão, também, das ações do Foro da Unisul. Estão programadas audiências a partir das 8h, mediante o trabalho de conciliadores e acadêmicos de Direito do Escritório Modelo da Universidade do Sul de Santa Catarina. De acordo com o juiz substituo Lirio Hoffmann Júnior, a idéia é dar solução às ações já existentes.

### São Francisco do Sul

Durante a "Semana" e no sábado serão realizadas audiências no Fórum da comarca. Ainda no sábado, serão deslocados postos de atendimento para as praias da Enseada, Ervino e Vila da Glória. No total, cerca de 600 processos foram selecionados para as atividades de conciliação. A maioria deles refere-se a pendências fiscais com o Poder Executivo e a matérias em trâmite no Juizado Especial Criminal.

### Florianópolis

Na capital, boa parte das unidades judiciais vai realizar trabalhos de conciliação na "Semana". O Núcleo de Conciliação do TJ/SC e o Juizado Especial Criminal são alguns exemplos. Só no juizado, entre conciliações e transações penais, há mais de 200 audiências previstas.

### Nova Veneza

A pequena cidade do sul do estado, pertencente à comarca de Criciúma, destaca-se pelo alto número de audiências conciliatórias agendadas. Cerca de 250 processos fazem parte da lista de conciliação para a "Semana". Devido ao alto número de casos, um acordo inédito e inovador foi firmado entre a prefeitura do município e o fórum da comarca para poder levar uma estrutura de conciliação para a própria Nova Veneza.

No acordo, o executivo municipal se compromete a disponibilizar quatro conciliadores para atuarem no dia oito. Um posto de conciliação será montado no Centro de Eventos José Jair Conti, com toda a infra-estrutura necessária para os trabalhos.

### Joinville

A maior cidade catarinense é também a com maior número de audiência marcadas, cerca de 1,1 mil. Joinville vai ser a sede da abertura da "Semana". Destaque para o Juizado Especial Cível, que vai ser o carro-chefe das atividades na comarca. "A expectativa é boa, uma vez que contamos com o apoio de todos os juízes da comarca, que acompanharão os 31 conciliadores, distribuídos nas 17 salas de audiência do Fórum", analisa o juiz Antônio Zoldan da Veiga. Todos os magistrados da comarca vão participar da "Semana da Conciliação".

### Herval d´Oeste

Para buscar maior eficiência, a agenda de conciliações da comarca foi dividida de maneira simples e objetiva. Para as manhãs, foram marcadas audiências conciliatórias. Já nas tardes da "Semana", serão realizados serviços de mediação.

No dia oito, o Fórum da Comarca estará de portas abertas das 9h às 17h para prestar esclarecimentos diversos sobre temas ligados ao Judiciário à população. Os servidores vão fornecer informações sobre, por exemplo, andamento de processos e nomeação de advogados.

### Rio do Sul

Em Rio do Sul, as audiências conciliatórias vão ocorrer apenas na sede do Fórum. De acordo o diretor do Foro e juiz titular da 3º Vara Cível, Edison Zimmer, as casas da cidadania instaladas nas outras cidades pertencentes à comarca – Presidente Nereu, Lontras, Agronômica e Aurora –, também sediarão os trabalhos da "Semana".

# Núcleo de Conciliação do Tribunal vai atuar em duas frentes

**O Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça vai participar da "Semana da Conciliação" atuando em duas frentes, uma no interior do estado e outra na capital. O órgão vai marcar presença no mutirão que será realizado entre os dias três e oito de dezembro, na comarca de Criciúma e, também, na sessão do dia sete agendada para a sede do TJ/SC na capital.**

As audiências em Criciúma serão presididas pelo presidente do Núcleo de Conciliação, desembargador Marcus Tulio Sartorato, pela juiza da comarca, Janice Ubialli e pelo advogado conciliador Carlos Boabaid. Na capital, a sessão vai ser realizada pelo desembargador Silveira Lenzi, coordenador do Núcleo.

Na oportunidade serão submetidos ao procedimento de composição amigável cerca de 40 processos oriundos de comarcas do sul do estado que tramitam no tribunal em forma de recursos.

As audiências agendadas em Criciúma vão ocorrer no Centro de Eventos Maximiliano Gaidizinski, no Parque Centenário, com início marcado para as 9h do dia sete. Na capital, as audiências serão realizadas na Sala 2 de audiências no Hall Social do Tribunal de Justiça, também no dia sete de dezembro.

# Resultados serão divulgados em tempo real

**Os resultados das audiências da "Semana Nacional da Conciliação" terão acompanhamento diário, em tempo real. Uma das grandes novidades da campanha em 2007, o sistema on-line de apuração vai permitir maior agilidade na obtenção de informações sobre o movimento.**

A idéia surgiu no início do mês de novembro, em uma reunião do CNJ em Brasília. Enquanto os magistrados responsáveis pela coordenação da "Semana" debatiam os últimos detalhes programáticos, os assessores de comunicação dos órgãos do Judiciário discutiam as melhores formas de garantir a repercussão dos eventos da "Semana Nacional da Conciliação.

Com o sistema de apuração de resultados desenvolvido pelo CNJ, os tribunais cadastrarão em tempo real o resultado das audiências, que serão enviadas diariamente para o comando central em Brasília. Boletins diários com a quantidade de audiências marcadas e realizadas e o número de acordos fechados serão divulgados. Os dados poderão ser segmentados por varas ou juizados especiais e por ramo de justiça – trabalhista, federal ou estadual.

A "Semana" contará com uma ampla divulgação, com cartazes, panfletos, anúncios para rádio, jornais, revistas e sites. A campanha, segundo os organizadores, deverá atuar em dois eixos principais. O primeiro interno, mobilizando os servidores e membros do Poder Judiciário, além de operadores do Direito – como advogados e promotores. O segundo, externo, tentará promover uma mudança na cultura do país em direção à pacificação social.

### Os números da Semana da Conciliação

**7 mil** audiências agendadas
**11** mil partes envolvidas
**31** comarcas
**56** varas
**60** magistrados
**50** promotores
**150** servidores
**200** conciliadores

# Polonês ataca "poder terrível" da imprensa

**Para o professor Krystian Complak, especialista em Direito latino-americano, a mídia atual é uma espécie de Igreja de antigamente**

**O papel exercido pelos meios de comunicação é um dos grandes problemas contemporâneos do "Direito Constitucional". A crítica contra a imprensa foi feita pelo professor polonês Krystian Complak durante a palestra "Direitos Fundamentais: Problemas Contemporâneos", realizada na manhã do dia 7 de novembro na Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc).**

"A mídia exerce no atual mundo um poder terrível. É uma espécie de Igreja de antigamente. Ela decide sobre o que você vai falar o dia inteiro", argumentou o professor, que possui fluência na língua portuguesa. Para Complak, é impossível compatibilizar a presunção da inocência, garantia constitucional do Direito brasileiro, com os préjulgamentos feitos pelos veículos de comunicação do país. O pesquisador citou o caso de políticos envolvidos em casos de corrupção.

A platéia da palestra era formada majoritariamente por alunos da Esmesc. Questionado por um dos estudantes sobre qual estratégia pode ser adotada para conciliar a liberdade de expressão com os direitos fundamentais, sem apelar para a censura, o professor polonês mostrou o exemplo de seu país. De acordo com Complak, a Polônia proíbe a censura, mas o sistema judiciário permite a emissão de liminares que podem tirar programas do ar em caráter temporário.

"O Judiciário [da Polônia] está atuando como o censor da mídia", explicou o pesquisador. Haveria uma espécie de censura gradativa, a exemplo do que ocorre na maioria da União Européia. A idéia seria fazer um balanço entre a liberdade de imprensa e a privacidade dos indivíduos, predominando o direito à informação quando se trata de pessoas públicas, e à privacidade no caso de não-famosos. "[Na Polônia] censura não existe por parte do Executivo, mas por meio de outras formas organizativas", concluiu.

Gleice Guimarães

*Diretor da Esmesc, Paulo Bruschi (esq.), apresenta professor antes da palestra*

Além dos problemas com a imprensa, Complak abordou outras problemáticas vividas pelo Direito Constitucional atual. Uma delas estaria enraizada na democracia, origem do sistema político contemporâneo. A questão da representatividade e suas implicações foram trabalhadas pelo professor durante a palestra.

**Carreira**

Complak é doutor em Ciências Jurídicas e possui uma ampla lista de estudos sobre a América Latina. As obras "Los Gobiernos de Facto en América Latina (1930-1980)", de 1989, e "O parlamento em América Latina Contemporânea", de 1994, são referências na área.

Docente da Universidade de Vratislavia, o pesquisador já publicou mais de uma centena de trabalhos científicos e é membro de uma série de conselhos e comitês editoriais de revistas jurídicas ligadas a universidades e instituições latino-americanas.

# Juízes lançam "manual do candidato" à magistratura catarinense

**Os juízes catarinenses Fernando Seara Hickel e Márcio Schiefler Fontes lançaram, no dia 28 de novembro, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), o livro "Magistratura Catarinense – Manual do Candidato". A obra, direcionada, principalmente, aos bacharéis em Direito que estão se preparando para ingressarem na magistratura de Santa Catarina, procura auxiliar o leitor em seus estudos pré-concurso.**

Parceiros na autoria da obra, os juízes Fernando Hickel e Márcio Fontes possuem trajetória parecida no meio jurídico. Os dois se formaram juntos em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2002. Ambos se preparam para o concurso de ingresso no Judiciário na Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc). E, em junho de 2005, a dupla ingressou na carreira da magistratura como juízes substitutos – atualmente, Hickel está lotado na Vara Criminal de Indaial e Fontes na Vara Criminal e no Juizado Especial Cível de São José.

As semelhanças entre os dois magistrados também pôde ser percebida no resultado final do concurso do Judiciário catarinense. Dos 28 aprovados no certame, Fontes ficou em 4º lugar, e Hickel em 5º. É esta experiência de sucesso na preparação para a carreira de juiz que os autores pretendem passar com o livro.

Bruno Zamora

*Márcio Fontes autografa um, dos quase 50 exemplares, vendidos no lançamento*

# Judiciário catarinense perde desembargador Aristeu Schiefler

**Faleceu aos 94 anos no início da tarde do dia 1° de novembro de 2007, no Hospital de Caridade, em Florianópolis, desembargador aposentado Aristeu Rui de Gouvea Schiefler, avô dos juízes Marcio Schiefler Fontes e Cláudio Barbosa Fontes Filho.**

Nascido em 17 de junho de 1913 na Rua Tiradentes, centro de Florianópolis, Aristeu trabalhou como comentarista de política internacional no jornal de Hermínio de Menezes, sobretudo durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Jovem amante do futebol, do cinema e da música erudita, estudioso de línguas estrangeiras e de filosofia, tornou-se por concurso promotor público em Bom Retiro (1938), depois Jaraguá do Sul (1938), Porto União (1939) e Tubarão (1940). Em Porto União casou-se, em 16 de julho de 1940, com a senhora Dulce de Oliveira Schiefler.

Em 1940, Aristeu ingressou na magistratura por concurso público. A carreira, na qual predominavam baixos salários, sujeitou a família a provações hoje inimagináveis: "cidades" sem pavimentação, sem luz elétrica, sem água encanada e não raro até sem estradas, obrigando a deslocamentos a cavalo. Foi juiz substituto nas circunscrições de Curitibanos (1940) e da Capital (1942). Foi também juiz de Direito em São Joaquim (1943); Curitibanos (1945) e Caçador (1947); Mafra (1951); Lages (1953); e Blumenau (1954) – nesta última por quase 15 anos.

O magistrado foi promovido a desembargador em 1969, aos 56 anos, quando o Tribunal de Justiça contava com nove integrantes. No Tribunal de Justiça, Aristeu atuou por 11 anos, período em que também exerceu a corregedoria geral da Justiça e a vice-presidência. Em 1980, aos 67 anos, contribuinte mais antigo da previdência estadual e magistrado catarinense com maior tempo de serviço público, aposentou-se para "fugir" da presidência da Corte, fonte de recepções oficiais, compromissos sociais e discursos de cerimônia, tudo o que para ele era um suplício. "Eu gostava era dos processos", dizia.

# Juiz pernambucano é eleito presidente da AMB

**Mozart Valadares foi escolhido pelos magistrados brasileiros para comandar a instituição ao obter 82% dos votos. Posse será no dia 12**

**O novo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) é o juiz pernambucano Mozart Valadares Pires. A chapa Compromisso com a Magistratura, encabeçada por ele, foi eleita no dia 9 de novembro com 82,65% dos votos. Os magistrados eleitos dirigirão a entidade nacional de 2008 a 2010. A posse dos novos membros dos conselhos Executivo e Fiscal da entidade nacional será no dia 12 de dezembro, em Brasília (DF).**

Juízes e desembargadores filiados à AMB em todo o país foram às sedes das associações estaduais, trabalhistas e militares de magistrados e à sede da AMB para votar na chapa de preferência. Foram contabilizados 6.808 votos, sendo 6.639 válidos. A chapa Compromisso com a Magistratura recebeu 5.487 votos e a chapa MRD – AMB para e pelos magistrados, liderada pelo juiz Carlos Hamilton, do Piauí, teve 1.152 votos.

Antes do resultado final ser divulgado, Mozart Valadares recebeu telefonema do opositor Carlos Hamilton, que o parabenizou pela vitória e desejou boa sorte nos próximos três anos.

As votações ocorreram das 9 às 18 horas. Os votos foram feitos por meio de sobrecarta e urnas eletrônicas, estas disponibilizadas pelos tribunais regionais eleitorais. Os magistrados do Distrito Federal e do Amazonas tiveram a opção do voto pela internet.

Em Santa Catarina, a chapa 10, que tem como um de seus vice-presidentes o juiz catarinense Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto – obteve 361 votos contra 32 alcançados pela chapa 20, liderada pelo magistrado do Piauí Carlos Hamilton Bezerra Lima.

A comissão eleitoral estadual da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) – presidida pelo desembargador José Mazoni Ferreira e integrada pela desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Rita e pelo juiz Volnei Celso Tomazini – computou ao todo 396 votos, sendo destes dois nulos e um em branco.

Divulgação

*Valadares é juiz em Pernambuco*

# Associação dos Magistrados realiza Assembléia Geral Ordinária

**A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) realizou, na manhã do dia 1º de dezembro, em sua sede administrativa, em Florianópolis, a sua tradicional Assembléia Geral Ordinária (AGO). O presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão, abriu os trabalhos, enaltecendo a importância da presença dos associados ao ato e lendo, em seguida a ordem do dia. A previsão orçamentária para o ano de 2008 foi o primeiro assunto da pauta. Na ocasião, foram feitos os devidos esclarecimentos sobre as contas de 2007, bem como apresentada a proposta para o próximo ano, sendo o orçamento aprovado por unanimidade.**

Outro assunto da pauta foi a intenção da atual diretoria da AMC de construir uma nova sede social na Sede Balneária. Os magistrados presentes à Assembléia aprovaram a autorização para o início dos estudos da edificação da nova sede, com a conseqüente instalação de uma comissão de obras composta pelos associados Eduardo Mattos Gallo Júnior, Paulo Ricardo Bruschi, Ricardo José Roesler, Paulo Roberto Tzelikis, Júlio César Machado Ferreira de Mello, João José Maurício D'Ávila e Desembargador Wilson Augusto do Nascimento.

Fabrício Severino

*AGO foi realizada no auditório da sede administrativa da AMC, em Florianópolis*

Durante as discussões sobre assuntos gerais, os magistrados aprovaram, por maioria de votos, a redação de ofício e encaminhamento aos desembargadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina manifestando a posição contrária da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) com relação à pretensão do atual procurador geral do Estado, Adriano Zanotto, de ingressar no Poder Judiciário de Santa Catarina no cargo de desembargador na vaga do quinto constitucional aberta com a promoção do ministro Jorge Mussi, em face da postura adotada pelo candidato contra o Poder Judiciário, quando de sua passagem pela presidência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), secção de Santa Catarina. Os desembargadores Wilson Augusto do Nascimento e Salim Schead dos Santos abstiveram-se de votar este tópico. Por último, foi aprovada a criação de uma comissão permanente com o objetivo de prestar solidariedade e apoio aos associados enfermos ou seus familiares.

# Discussões em Lages encerram o ano do "Seminários Itinerantes"

**Cerca de 185 pessoas ligadas à comunidade jurídica de Santa Catarina debateram o ramo do Direito Constitucional no dia 9 de novembro, em Lages, durante a realização da última etapa do projeto "Seminários Itinerantes" em 2007. O seminário foi organizado no campus da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac) e contou com palestras de dois desembargadores, um juiz e um advogado.**

O projeto, iniciativa do Centro de Estudos Jurídicos (Cejur) do TJ/SC em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc), percorreu nove cidades do Estado durante o ano – contando o seminário de Lages –, sempre abordando um ramo diferente das ciências jurídicas.

Na cidade serrana, localizada a 225 km de Florianópolis, a agenda de atividades foi aberta com a palestra "Constitucionalidade da Lei da Maria da Penha", do juiz Vilson Fontana. Em seguida, o desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins abordou o tema "Notas Acerca do Princípio Republicano e da Função Constitucional do Poder Judiciário".

Já o desembargador Jaime Luiz Vicari tratou a temática dos "Princípios Constitucionais", e o advogado Péricles Prade fechou a seqüência de discussões com a questão dos "Aspectos da Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental".

Divulgação

*Cerca de 185 pessoas acompanham os debates sobre Direto Constitucional*

# "Agente da Paz" tem grande aceitação em Herval

## Cerca de 130 pessoas compareceram ao lançamento que firmou parceria com 24 entidades públicas e privadas, superando expectativas

**Amenizar os problemas relacionados à violência e, principalmente, elevar o nível de conscientização para uma nova cultura de paz junto à sociedade. Estes foram os objetivos do lançamento do projeto Agente da Paz no município de Herval d'Oeste, realizado no dia 7 de novembro. A data foi escolhida por coincidir com o aniversário de quatro anos da comarca. "Todo ano desde a instalação da comarca em Herval d'Oeste a Dra. Alexandra costuma fazer uma surpresa para a comunidade. Dessa vez a novidade foi o lançamento do projeto", comentou Quênia Brinckmann, assessora da juíza Alexandra Lorenzi da Silva.**

De acordo com o coordenador geral do projeto, juiz Alexandre Dittrich Buhr, de Capinzal, o lançamento do "Agente da Paz" foi um sucesso. O pacto "Catarinense pela Paz" que firma o compromisso das instituições com o projeto foi assinado por 24 entidades públicas e privadas. "Representantes de várias entidades, como clubes, escolas, polícia militar e prefeitura estavam presentes. Isso fez com que a comunidade ficasse muito entusiasmada", disse o juiz.

Dentro do cronograma estipulado para o lançamento do "Agente da Paz" foram realizadas atividades como a apresentação do filme do projeto de mobilização "Por uma nova cultura de paz", além de debates, assinatura e entrega dos termos de adesão ao projeto e a apresentação "Realidade Social da Comunidade Hervalense" com a palestrante Tatiana Shuh, que mostrou dados como a quantidade de pessoas carentes no município e ainda falou sobre prevenção, alcoolismo e violência sexual, trazendo a tona a realidade dos hervalenses.

O lançamento do projeto ainda recebeu a visita do teatro de fantoches apresentado por voluntários e acadêmicos de Lages. O teatro fala sobre o tema da paternidade responsável e o grupo de atores participa do projeto homônimo, desenvolvido pela comarca de Lages. O teatro de fantoches veio para o evento para ser apresentado a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e, principalmente, aos acadêmicos. Segundo Quênia, a comarca, que tinha a pretensão de criar um grupo idêntico na região, alcançou o seu objetivo, uma vez que a Universidade já comunicou que a partir do próximo ano irá criar o seu próprio grupo de teatro.

Algumas atividades já foram estabelecidas para o mês de dezembro. Entre os dias 07 e 08, o teatro de fantoches volta a Herval d'Oeste para fazer apresentações para as escolas municipais. Dentro do "Agente da paz" será criado um novo projeto, o "Núcleo de atenção das violências", para que os hospitais da região passem a aderir a regras de cuidados do Ministério da Saúde. Ainda entre os dias 06 e 07 de dezembro, a confirmar, está prevista uma palestra com a procuradora do Ministério da Saúde, Vera Lúcia Ferreira Copetti, sobre moralidade e cidadania. Além disso, estudantes dos cursos de Direito e Psicologia da Unoesc que precisam fazer estágio obrigatório ou que tenham interesse em contribuir com a comunidade, montarão turmas para ir às escolas municipais e dar palestras sobre profissões e violência.

Quênia Brinckmann

*O juiz Alexandre Buhr apresenta o projeto a Herval d'Oeste*

## Campos Novos recebe o projeto "Agente da Paz"

**O presidente da Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), juiz José Agenor Aragão, promoveu no último dia 23 de novembro, o lançamento do Projeto Agente da Paz em Campos Novos, em sessão aberta ao público na Casa de Cultura da comarca.**

Os juízes Marcelo Carlin, titular da 1ª Vara Cível e Alexandre Dittrich Buhr, diretor do Foro de Capinzal, fizeram uma explanação do projeto à população serrana com o intuito de despertar o interesse pelo movimento social contra a violência.

Entre os destaques do lançamento do projeto está a palestra concedida por Buhr, a qual recebeu muitos elogios. Em seu discurso o juiz falou do compromisso e da coragem que é preciso para ser um Agente da Paz, lutando contra a brutalidade que cerca nossas famílias por todos os lados. Evidenciou também que o "Agente da Paz" tem o objetivo de promover a cultura da paz, substituindo a ética do poder, na qual os fins justificam os meios, o que gera violência, pela ética dos meios, na qual tanto os fins quanto os meios devem ser nobres.

# Comissários da Infância e Juventude discutem realidade profissional

**Qual a situação dos comissários da infância e da juventude de Santa Catarina? Quais as principais carências e deficiências? Como melhorar a atuação profissional nas comarcas espalhadas pelo estado? Em Florianópolis, 79 dos 136 – aproximadamente 60% – comissários catarinenses se reuniram entre os dias 19 e 21 de novembro para discutir o atual cenário vivenciado pela categoria durante o "II Encontro dos Comissários da Infância e Juventude de SC".**

As discussões, promovidas pela Academia Judicial do Tribunal de Justiça (TJ/SC), contaram com a maior participação da classe em todos os eventos da categoria. Um painel de debates comandado por uma mesa composta por representantes do TJ/SC e pelos presidentes e vice do Sindicato do Poder Judiciário de Santa Catarina (Sinjusc) e da Associação dos Comissários da Infância e da Juventude (Acijesc), respectivamente, foi o ponto alto do encontro.

Durante o painel, foi feita uma explanação sobre a situação profissional da categoria em cada comarca, apresentando as carências e deficiências de cada caso. "Nós consideramos que o evento como um todo foi de excelente nível, atendendo as expectativas", comemorou o comissário da infância e juventude de Balneário Camboriú, Maurício José Hostin.

**Propostas**

Um documento com propostas sobre as novas atribuições dos comissários perante o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi apresentado pela Acijesc. O texto propõe alterações no Artigo 174 do Código de Divisão e Organização Judiciária de Santa Catarina (CDOJ). O artigo aborda as competências da classe, sendo dividido em nove incisos, cada um com uma atividade específica – como, diz o Inciso II, "deter ou apreender os menores abandonados ou delinqüentes, levando-os à presença do juiz".

No encerramento do encontro, a Acijesc lançou ainda um texto com reivindicações da categoria. O pedido, direcionado ao Tribunal de Justiça, elenca 25 ítens que, de acordo com o comissário Maurício Hostin, melhorariam o serviço jurisdicional na área da infância e da juventude ao valorizar os comissários catarinenses. O documento será encaminhado à direção do TJ/SC.

Divulgação

*Painel composto por representantes de diversos órgãos foi o ponto alto do encontro*

## Principais reivindicações

**1)** Aprovação e encaminhamento do TJ/SC para a Assembléia Legislativa, com urgência, ainda nesta gestão administrativa, da proposta encaminhada pela Acijesc, que trata da alteração do art.174 do Cdojesc, pertinente as atribuições do cargo de Comissário da Infância e da Juventude
- *Justificativa:* Faz quase 18 anos do advento do ECA e as atribuições dos comissários catarinenses continuam desatualizadas junto ao Cdojesc.

**2)** Alteração da Resolução n.º. 13/99 GP, com o objetivo de promover a equiparação da "Gratificação de Ronda" à "Gratificação de Diligência". Fazer com que a "Gratificação de Ronda" seja creditada automaticamente da folha de pagamento, não havendo número mínimo de rondas efetuadas e nem a necessidade de comprovação mensal
- *Justificativa:* As atribuições do cargo de exigem o exercício da realização das rondas, podendo-se concluir que ronda é atividade inerente ao cargo, sem precisar comprovação e nem ser estipulado limites de vezes.

**3)** Alterar a Resolução nº.02/95-GP, que trata da Progressão Funcional dos Servidores, no sentido de aceitar, para efeito de "Promoção por Aperfeiçoamento", os certificados de cursos e afins, com qualquer carga horária
- *Justificativa:* O objetivo é estimular a participação do comissário nos eventos, buscando a capacitação para melhor desempenhar seu papel profissional dentro do Judiciário catarinense.

# VI Jogos da Magistratura começam no dia 13

## As 17 modalidades da competição serão disputadas na sede balneária da AMC, na praia da Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis

**A sexta edição dos Jogos da Magistratura catarinense vai contar com a participação de 100 desportistas. Magistrados e familiares vão disputar as 17 modalidades da competição entre os dias 13 e 16 de dezembro, na sede balneária da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), no bairro litorâneo da Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis.**

As inscrições foram encerradas no último dia 30. Como as casas e apartamentos da sede balneária, local de disputa e de acomodação dos participantes, não foram suficientes para garantir a hospedagem de todos os atletas, a AMC vai custear a estadia dos associados inscritos em um hotel na praia de Canasvieiras – balneário localizado a dois km da sede balneária.

Divulgação

*Praia do norte da Ilha de Florianópolis sediará o evento*

**Os Jogos**

Os VI Jogos da Magistratura vão contar com a disputa de 17 modalidades. Os cônjuges, companheiros e filhos dos magistrados e magistradas inscritos poderão participar das disputas – exceto no futebol suíço e tênis de campo. Provas exclusivas de natação e xadrez estão programadas para as crianças e adolescentes de até 14 anos.

Todos os atletas deverão competir, independentemente da modalidade, obrigatoriamente pela região em que estiverem lotados. Foram formadas quatro regiões, de acordo com critérios geográficos.

### Modalidades

Canastra
Dominó
Futebol suíço
General
Natação
Sinuca
Tênis de campo
Tênis de mesa
Truco
Videokê
Xadrez

### Regiões

**1º REGIÃO – Oeste/Meio Oeste**
Dirigentes: Ezequiel Rodrigo Garcia e Paulo Marcos de Farias

**Circunscrições**
Dioníso Cerqueira
São Miguel do Oeste
Palmitos
Maravilha
São Lourenço
Xanxerê
Chapecó
Concórdia
Joaçaba
Videira
Caçador

**2º REGIÃO – Norte/Vale Itajaí**
Dirigentes: Augusto César Allet Aguiar e Ricardo Roesler

**Circunscrições**
Canoinhas
Mafra
São Bento do Sul
Joinville
São Francisco do Sul
Jaraguá do Sul
Timbó
Indaial
Rio do Sul
Taió
Blumenau

**3º REGIÃO – Sul/Planalto Serrano**
Dirigentes: Altamiro de Oliveira e Renato Müller Bratti

**Circunscrições**
Lages
Curitibanos
São Joaquim
Orleans
Criciúma
Araranguá
Sombrio
Tubarão
Laguna
Imbituba

**4º REGIÃO – Grande Fpolis/Litoral Norte**
Dirigentes: Carlos Alberto Civinski e Dinart Francisco Machado

**Circunscrições**
Palhoça
São José
Capital
Biguaçu
Tijucas
Brusque
Balneário Camboriú
Itajaí

# Inscrições para teste do preparatório à magistratura vão até o dia 12

**As inscrições para a prova de ingresso no Curso de Preparação para a Magistratura (módulos I e II) estarão abertas até o dia 12 de dezembro. A prova, que irá selecionar quem fará parte do curso, terá dez questões de português, compreendendo concordância nominal e verbal, crase, verbos, pronomes, pontuação, ortografia e vocabulário e 40 questões de Direito, sendo oito questões de cada área - civil, penal, processo civil, processo penal e constitucional.**

O curso de preparação para a magistratura é reconhecido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC). Cada módulo equivale a um ano de atividade jurídica. No primeiro módulo, o aluno terá as disciplinas de tópicos selecionados de Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito Processual Penal, Direito Penal, Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Comercial, Direito Administrativo e Leis Especiais.

Fabrício Severino

*Curso de preparação à carreira da magistratura da Esmesc é reconhecido pelo TJ*

Já no segundo módulo, as aulas serão mais práticas e o estudante aprenderá mais sobre Técnica e Prática da Sentença Civil, Técnica e Prática da Sentença Penal, Dosimetria da Pena, Técnica e Prática da Atividade Judicial – Audiências e Decisões, Atividades Externas, Preparação à Prova Oral, Organização Judiciária, Código de Normas do Foro Judicial, Código de Normas do Foro Extrajudicial, Comunicação nas Relações Humanas e Organizacionais e Ética Jurisdicional.

O teste será realizado no dia 15 de dezembro, das 8h30 às 11h30 na sede da Esmesc. As inscrições podem ser feitas das 13h às 20h na secretaria da Escola, localizada a Rua dos Bambus nº116, Itacorubi. A taxa de inscrição é de R$ 50. O edital de abertura pode ser acessado pelo site www.esmesc.org.br. Mais informações através do telefone (48) 3231-3045.

# Justiça condena professor por crime de racismo contra judeus

**O juiz Geraldo Corrêa Bastos, da comarca de Lages, condenou o professor Volnei Perin Della Giustina por crime de racismo. Com o auxílio de um aluno, Della Giustina criou uma página na Internet (www.revisaohistorica.kit.net) com textos e relatos preconceituosos que tinham o intuito de incitar, discriminar e menosprezar os integrantes da comunidade judaica. A pena arbitrada foi de dois anos de reclusão, que poderá ser cumprida em regime aberto, e mais o pagamento de dez dias-multa. O réu também terá direito de aguardar em liberdade o julgamento de eventuais recursos na Justiça.**

Os textos, em geral, enalteciam a figura do líder nazista Adolf Hitler. "As personalidades mundiais em diferentes tempos já alertaram do perigo judaico. O maior líder que a raça humana pôde produzir logo após Jesus Cristo; Adolf Hitler trabalhou muito bem a questão judaica (que foi totalmente deturpada). O povo judeu sem dúvida possui geneticamente no seu 'ser' características intrínsecas de ser altamente egoísta, e devido a sua longa experiência nos milênios onde se infiltrou nas várias raças que o acolheram possui a fama de sempre levar vantagem em tudo", diz um dos trechos dos textos, em clara apologia à discriminação do povo judeu.

Para o magistrado, não há dúvidas quanto ao crime cometido pelo professor. "O que se vê é um claro propósito de glorificar a figura de Hitler, em seu fracassado objetivo de eliminar a população judia do mundo, incitando, assim, seus seguidores a concluir o fim perseguido, ao se manter acesa a chama de uma doutrina política odiosa", anotou o juiz na sentença. "A História registra exemplos de um número sem fim de sofrimentos causados na humanidade, pela adoção e sistematização de uma postura dogmática preconceituosa, seja lá de que matiz, que se institucionalizaram como ideologia política dominante, pela livre fluência de uma retórica talentosa e enganosa, levada a termo pela capacidade de liderança de seus ícones", completou.

A título de prestação pecuniária, o juiz Geraldo Bastos determinou ao réu o fornecimento de quatro cestas básicas mensais e sucessivas, equivalente a meio salário-mínimo cada uma, que deverão ser destinadas à instituição denominada Asilo Menino Deus.

Com relação à outra pena restritiva de direito-substituída pela prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas -, o juiz fixou o tempo de cumprimento em um ano, devendo o acusado prestar serviços em entidade conveniada a ser designada posteriormente, observadas as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, durante oito horas semanais, aos domingos, sábados e feriados, ou em dias úteis, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

# Avaí e Figueirense são proibidos de aumentar ingresso para visitantes

**Os dois principais times de futebol de Florianópolis, Avaí e Figueirense, foram proibidos pela Justiça catarinense de cobrar valores mais altos do que os normais para os torcedores visitantes. O Ministério Público Estadual (MP-SC) alegou, em uma ação civil pública, que os clubes estavam praticando diferenciação de preços entre as entradas destinadas aos espectadores locais e aos torcedores da equipe visitante, em setores com características semelhantes. O pedido do MP-SC foi aceito parcialmente pelo juiz da Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Domingos Paludo, no último dia nove de novembro.**

A decisão foi proferida às vésperas do jogo entre o Avaí e Coritiba, disputado no estádio da Ressacada no dia 10 de novembro, válido pela Série B do Campeonato Brasileiro – o clube catarinense venceu o jogo por 1x0. Os ingressos, mesmo em setores iguais, tinham valores distintos. O preço para o torcedor da equipe da casa era de R$ 20, enquanto para o público paranaense era de R$ 50.

Divulgação

*Cerca de três mil torcedores do Coritiba assistiram à partida contra o Avaí*

O juiz considerou a prática abusiva, por afrontar o princípio da isonomia, o Estatuto do Torcedor, o Regulamento Geral das Competições da Confederação Brasileira de Futebol e o Código de Defesa do Consumidor. "Restou caraterizada a ilegalidade na diferenciação de preços para setores iguais, somente diferenciados pelo fato de serem os consumidores visitantes ou não [...], devendo este tipo de prática ser repelida pelo Poder Judiciário", anotou Paludo na sentença.

O magistrado determinou que Avaí e Figueirense pratiquem, em todas as partidas que realizarem como mandantes, valores iguais para setores similares, seja para os torcedores da 'casa' ou para os torcedores visitantes. De acordo com a decisão, a Federação Catarinense de Futebol deve atuar na fiscalização da venda de bilhetes de todos os clubes de Santa Catarina. Em caso de descumprimento da liminar, o juiz fixou multa de R$ 100 mil por jogo.

# Taxista submetido a humilhação pela PM será indenizado

**A 3ª Câmara de Direito Público do TJ/SC confirmou sentença da comarca de Criciúma e condenou o Estado de Santa Catarina a indenizar o taxista Daltro Nascimento por danos morais, pelo fato da vítima ter sofrido tratamento vexatório durante uma abordagem policial.**

O incidente ocorreu quando o profissional retornava de uma corrida no início da manhã do dia 13 de dezembro de 2003. Ao ser abordado por um grupo de policiais, todos de armas em punho, Nascimento teve que colocar as mãos sobre o carro e ser minuciosamente revistado.

O taxista disse ter se sentido humilhado ao ser tratado como um bandido na frente das pessoas que transitavam pelo local. A guarnição da PM responsável pela ação desculpou-se posteriormente, e informou que tudo não passou de um equívoco gerado a partir de uma confusão feita na checagem das placas do veículo.

"O fato de ter sido abordado com armas de fogo apontadas para si, submetido à revista sob a mira do referido armamento sem sequer ter tido a oportunidade de apresentar a documentação pertinente, evidenciam a sua dor e o constrangimento, caracterizando-se assim o prejuízo extrapatrimonial passível de ressarcimento", anotou o desembargador Luiz Cézar Medeiros, relator da matéria.

O voto do relator, acompanhado à unanimidade pelos demais integrantes da Câmara, reformou parcialmente a condenação, alterando o valor de R$ 26 mil para R$ 5 mil.

# Município terá que indenizar atleta que ficou paraplégica

**A ex-atleta do lançamento de dardo Susana Cristina da Silva será indenizada pela Prefeitura e pela Fundação Municipal de Esportes de Itajaí por ter ficado paraplégica após sofrer um acidente durante uma sessão de treinamentos. A 3ª Câmara de Direito Público do TJ/SC confirmou sentença da Comarca litorânea no último dia 20 e determinou o pagamento da indenização por danos morais e materiais para Susana.**

A competidora lesionou a medula espinhal quando praticava o exercício de agachamento na Academia "Espaço e Corpo" – conveniada à Fundação Municipal. Durante o exercício, a atleta avisou que não estava agüentando o peso dos 'alteres', mas não foi socorrida a tempo. As travas de segurança do aparelho não funcionaram e a carga de 192 kg caiu sobre o corpo de Susana.

De acordo com a sentença, na falta de recursos financeiros da Fundação, o município deve responder pela condenação. Assim, a prefeitura e a fundação foram condenados ao pagamento de R$ 1,4 mil referentes à bolsa esportiva da atleta, uma cadeira de rodas, pagamento de fisioterapia, hidroginástica, psicólogo e materiais necessários para obras de reforma na residência da ex-atleta, além de uma pensão mensal no valor de três salários mínimos.

# TOGA JUSTA

**R. URTIGÃO**

## Veto

Foi aprovada pela grande maioria dos votos dos juízes presentes na Assembléia Geral da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), realizada na manhã do dia 1º de dezembro, proposta sugerindo ao Pleno do Tribunal de Justiça a não inclusão em lista tríplice do nome do atual Procurador Geral do Estado, para a vaga aberta ao quinto constitucional, com a posse do ministro Jorge Mussi no STJ.

Há poucos dias, um desembargador do TJ, sobre o tema, advertiu: "Não se pense que o Judiciário é reduto do Executivo, onde ele pode colocar quem quiser!!"

## Aéreas

O problema dos transportes aéreos nacionais está centrado em reivindicações salariais e desmilitarização dos controladores de vôos.

De tempos em tempos eles realizam "operação tartaruga" e o governo nem está aí, achando que tudo vai bem, ignorando, inclusive, as "manobras" das duas maiores empresas aéreas na acomodação dos restritos interesses financeiros. O ministro Jobim até hoje não conseguiu uma poltrona maior para o seu tamanho em qualquer avião, a não ser nos jatinhos da FAB, onde, infelizmente, devem ser retirados assentos para o seu conforto.

## Confraternização

Movimentado e prestigiado o jantar de encerramento das atividades do Ano Judiciário de 2007, realizado no dia 1º de dezembro, no Lira Tênis Clube, promovido pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). O presidente José Agenor de Aragão entregou placas pelo reconhecimento de trabalhos desenvolvidos em benefício da classe. Os homenageados foram: o presidente do TJ/SC, desembargador Pedro Manoel Abreu; o diretor executivo da Academia Judicial, desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva; o presidente da AMB, juiz Rodrigo Collaço; o ministro do STJ, Jorge Mussi; o corregedor geral de Justiça, desembargador Newton Trisotto; vice-diretor executivo da Academia Judicial, desembargador Luiz Cézar Medeiros; juiz Paulo Roberto Fróes Toniazzo, coordenador pedagógico da Escola de Serviços Judiciários; Antonina Machado Ivo Rosa, secretária executiva da Academia Judicial; e Sílvia Adelina Schwalb, secretária da AMC - que recebeu a placa pela manhã, durante a Assembléia Geral Ordinária da AMC.

Discursando na ocasião, o presidente do TJ praticamente despediu-se dos colegas, augurando novas realizações aos novos dirigentes do Judiciário catarinense.

## Lamentos

Muito lamentada a não inclusão do juiz Odson Cardoso Filho na lista dos novos juízes de Direito de segundo grau, que irão tomar posse no próximo dia 17, em sessão do Pleno do TJ/SC a ser realizada no auditório da Assembléia Legislativa.

Odson foi um dos colaboradores mais competentes e operosos da última gestão no Tribunal, sendo um dos juízes mais antigos e de grande merecimento.

## Órgão Especial

Ganha adeptos no âmbito dos 50 desembargadores que integram o Pleno do TJ/SC o retorno do Órgão Especial composto dos 25 mais antigos e garantida a representação do quinto constitucional, com competência específica para julgamento e decisão sobre matéria administrativa, ressalvadas, outras, como a promoção e eleição de magistrados.

*Mais uma obra do grande pintor catarinense (já falecido) Martinho de Haro*

## Mulheres

A gravíssima ocorrência com a garota de 15 anos, que trancafiada em cadeia pública da capital paraense e, posteriormente, violentada e espancada pelos mais de vinte detentos homens, tem três principais culpadas: a delegada que determinou a prisão naquele local, a juíza, que avisada da ilegalidade nada fez e a governadora do Estado, que sabia destas práticas em cadeias públicas e ocorrências semelhantes em seu território de governo. Infelizmente, três mulheres, maltratando outra mulher, menor de idade e desvalida.

## Fofoca

Nota publicada na coluna "Canal Aberto" de "A Notícia" (26/11) informa que "um grupo de desembargadores que assumiu recentemente no Tribunal de Justiça, lança idéia...pela criação de uma comissão de ética no TJ, com o objetivo de coibir excessos praticados por magistrados no exercício da função ou mesmo sob o aspecto comportamental".

A reação no TJ foi instantânea, indagando muitos, quem seria o autor da "mentirosa fofoca"!

## Justiça Justa

Os julgamentos judiciais de primeiro e segundo graus de jurisdição são muitas vezes pendulados pela emotividade e pelo status dos envolvidos.

Há poucos dias, por exemplo, a 1ª Câmara Criminal do TJ/SC referendou decisão da juíza da 1ª. Vara Criminal, Andréa Regis, que aceitou a denúncia do MP determinando que o julgamento de um réu, grande empresário, fosse submetido ao Tribunal do Júri. Pouquíssimos na mídia elogiaram a decisão.

## Medalha

Em solenidade no Pleno do Tribunal Regional do Trabalho, presidido pelo juiz Jorge Volpato, no dia 19 de novembro, foram agraciados com a Comenda e Medalha daquela Corte os desembargadores Pedro Manoel, Fernando Carioni e o presidente da OAB/SC, advogado Paulo Roberto de Borba.

Na recente eleição da nova direção do TRT/SC (onde o clima também não é dos mais amenos), foi observado o critério da antiguidade, rompendo com o anterior sistema de facção majoritária.

## "Vendetta"

A ação popular proposta contra a nomeação e posse do desembargador João Henrique Blasi, com as conseqüentes liminares, tem pura conotação de "vendetta" pessoal, turbadora de decisões majoritárias e unânimes da OAB/SC e TJ/SC.

Por que a demanda não foi ajuizada quando da decisão do processo de impugnação no Conselho da corporação, onde ali se confirma ou não o tempo de exercício profissional exigido? Não aguardou o autor decisão do recurso interposto no Conselho Federal da OAB, mesmo diante da dianteira votação obtida pelo então candidato na instituição.

No âmbito do Judiciário, os candidatos ao quinto constitucional submetem-se à argüição e verificação das condições legais na Comissão de Admissibilidade. Ali não houve recurso após a aprovação.

Depois da consagradora e unânime votação pelo Tribunal Pleno é que foi detonada a ação popular, sabendo-se que no âmbito do Executivo e do Judiciário, juiz federal não possui competência para determinar procedimentos administrativos aos seus dirigentes.

A ação popular é meio jurisdicional para a proteção do patrimônio público, vetada a postulação de interesse pessoal. A sua natureza específica orienta que, por seu intermédio, se defenda interesses trans-individuais de uma coletividade, não o interesse do próprio impetrante.

O perfil, o caráter probo e a eticidade histórica profissional e política do desembargador Blasi não merecem tanta e desproporcional insensatez.

## Posse

A posse do ministro Jorge Mussi está confirmada para o próximo dia 12, no STJ, às 17h. A cerimônia é tradicionalmente rápida, não comportando mais do que dois discursos. Logo após os cumprimentos, seguir-se-á um coquetel oferecido pelo empossado. Após o processo eleitoral que definiu os novos dirigentes do TJ/SC, no dia 3 de dezembro, o ainda desembargador Mussi despediu-se dos seus pares comovidamente, lendo, no final, versos de uma música popular. É um magistrado poeta!

Neruda cantou: "eu escrevo a lembrança, o recente viajante, a perdida homenagem..."

## TV Digital

A TV Digital foi lançada no dia 2 de dezembro em São Paulo. A estréia é incompleta. Das novidades e modernidades, somente uma funcionará agora: a alta definição da imagem. As demais – multiprogramação, a interatividade e mobilidade (no celular, por exemplo) - somente virão daqui a dois ou três anos.

O grande "maná" para a indústria será a venda dos conversores.

# Trânsito e álcool

Comentário

Pressuposto indeclinável à segurança do trânsito diz respeito à necessidade de o condutor, a todo momento, "[...] ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis [...]" (art. 28, CTB), o que não ocorrerá, por evidente, se ele estiver sob a influência de álcool ou substância análoga.

Com vista à gravidade de tal situação, foi estabelecido no art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro punição administrativa a quem for encontrado dirigindo "sob a influência de álcool ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica" (redação dada pela Lei n. 11.275/2006). As penalidades consistem em multa (cinco vezes), suspensão do direito de dirigir por determinado lapso temporal (art. 261), bem como retenção do veículo até apresentação de condutor habilitado e apreensão do documento de habilitação.

A embriaguez, por presunção legal, era decorrente do estatuído na antiga redação do art. 165, qual seja, concentração alcoólica "em nível superior a seis decigramas por litro de sangue". Com o advento da Lei n. 11.275, de 7 de fevereiro de 2006, que deu nova redação ao dispositivo, referida expressão foi suprimida, restando a respeito somente o disposto no art. 276, de seguinte teor:

"A concentração de seis decigramas de álcool por litro de sangue comprova que o condutor se acha impedido de dirigir veículo automotor".

Portanto, sanada a divergência até então existente.

Além dos exames pertinentes (art. 277, caput), a embriaguez pode ser demonstrada por depoimentos de pessoas que viram o comportamento desconexo do agente, consoante há muito admitida pela jurisprudência e agora por previsão expressa no art. 277, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro – redação que lhe deu a lei suprareferida –, de seguinte teor:

"No caso de recusa do condutor à realização dos testes, exames e da perícia previstos no caput deste artigo, a infração poderá ser caracterizada mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas pelo agente de trânsito acerca dos notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor, resultantes do consumo de álcool ou entorpecentes, apresentados pelo condutor".

Além de a conduta – "dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica" – constituir infração administrativa, poderá tipificar infração penal, com pena cominada de seis meses a três anos de detenção, multa e suspensão ou proibição de obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, prevista no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro:

"Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem".

À caracterização da figura penal, ao contrário do que ocorre com a administrativa, não basta a comprovação da embriaguez. É indispensável que o comportamento tenha exposto a dano potencial a incolumidade de outrem. Tal conclusão emerge da comparação dos arts. 165 e 306, quando somente no segundo exsurge o pressuposto que da conduta, dirigir sob influência de álcool, exponha a dano potencial a incolumidade de outrem.

Tendo em vista a expressão "dano potencial", é excluída a exigência de perigo concreto, pois à sua conceituação é imperiosa a ocorrência efetiva e específica em cada caso. Não existindo na lei palavras inúteis – ou pelo menos não deveria existir – não é viável que a expressão diga respeito a perigo abstrato, porquanto, para tanto, bastaria repetir a redação do art. 165.

Em verdade, estamos diante de situação intermediária, pois a potencialidade danosa de que fala a lei deve decorrer de efetivo e comprovado desrespeito à norma de segurança inerente à atividade de dirigir veículo automotor, aliada à embriaguez, determinando, em estado latente, perigo ao bem jurídico protegido, incolumidade de outrem, sem a necessidade da presença de seu titular.

Em conclusão, é suficiente à tipificação da infração penal prevista no art. 306 que o agente, em estado de embriaguez na direção de veículo automotor, descumpra regra essencial à segurança do trânsito.

**** Maurílio Moreira Leite***
***Des. do Tribunal de Justiça de Santa Catarina***

## Curso de Preparação para a Magistratura

* Reconhecido pelo TJ/SC como atividade jurídica, conforme a EC nº 45.
* Cada Módulo equivale a um ano de atividade jurídica.

Aulas: de terça à quinta-feira, das 19h às 22h30min (módulo II) e das 8h às 11h30min (módulo I).
Início: 30 de julho.

**Módulo I:**
Através do sistema presencial em aulas que perfazem carga-horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas-aula e que consiste na consolidação e aprofundamento de conhecimentos teóricos das disciplinas essenciais exigidas no Concurso da Magistratura Estadual Catarinense.

Para o segundo semestre de 2007 a ESMESC, além da sede, abre Extensões nas seguintes cidades: Criciúma, Chapecó, Mafra, Rio do Sul e Videira.

**Módulo II:**
Através do sistema presencial num total mínimo de 390 (trezentos e noventa) horas-aula de caráter técnico e prático, com ênfase em provas e teses de concursos anteriores e outras atividades direcionadas ao preparo dos alunos para o Concurso de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e para o exercício efetivo da Magistratura no Estado de Santa Catarina.

Para o segundo semestre de 2007 a ESMESC, além da sede, abre Extensão na cidade de Tubarão.

**Módulo III:**
Denominado "Residência Judicial", que consiste em 1800 (mil e oitocentas) horas de treinamento prático em atividade jurídica, sob a orientação de Magistrados, preparando os alunos para o Concurso de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e para o melhor desempenho como Magistrado após a aprovação no concurso.

A "Residência Judicial", caracterizada pelo exercício de atividade jurídica orientada e pelo aproveitamento em cursos de formação profissional em ambiente virtual de aprendizagem, constitui modalidade de ensino supervisionada pela Academia Judicial.

Direcionada a bacharéis em Direito estudantes da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina – ESMESC e realizada em gabinetes de magistrados da justiça de primeiro grau, inclusive no interior do Estado.

Todas as informações sobre esse Módulo poderão ser obtidas no edital respectivo, no site do CEJUR ou site da ESMESC.

A Escola Superior da Magistratura completa 21 anos de existência no dia 28 de julho.

Parabéns, aos que por ela passaram e aos que nela se encontram.
Obrigado por fazer parte de sua história.

ESMESC
Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina

*Você faz parte dessa história!*

Rua dos Bambus, 116, Itacorubi, Florianópolis/SC
(48) 3231 3041/ 3231 3037
www.esmesc.org.br